

O SICOOB CREDIPRATA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	11.578.072,78	11.799.859,76
Associados	9.720	8.694

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2019, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício de 2018 da seguinte forma:

Reserva Legal	1.425.103,62
Conta Corrente	695.244,09
Conta Capital	244,91
Cota Capital de ex-associado	4.511,00

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	5.266.738,56	5.312.759,07
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.266.738,56	5.312.759,07
Destinações estatutárias		
Reserva legal –50%	(2.633.369,28)	(2.656.379,54)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(526.673,86)	(531.275,91)

Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.106.695,42	2.125.103,62
---	---------------------	---------------------

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Resultado operacional	896.563,09	691.621,48
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(39.318,78)	14.464,81
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	857.246,31	706.086,29
Imposto de Renda e CSLL	(325.652,31)	(281.541,15)
Resultado de Operações com Associados	(605.591,59)	(634.125,12)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(73.997,59)	(209.579,98)

O resultado de atos não cooperativos quando positivo é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	234.727,89	481.237,66
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	197.931,76	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	5.892,36	7.825,72
Atualização de Depósitos Judiciais	36.236,07	17.976,19
Rendas de Cartões	788.313,44	582.468,23
Dividendos	23.444,38	19.990,35
Distribuição de Sobras da Central	121.861,15	212.084,44
Juros ao Capital pago pelo Central	134.135,43	179.136,96
Outras Rendas Operacionais	941,08	260.740,57
Total	1.543.483,56	1.761.460,12

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	(15.108,06)	(22.032,67)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(10.655,26)	(6.840,64)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(932,49)	(942,52)
Provisão para Passivos Contingentes	(75.267,86)	(69.773,40)
Outras Despesas Operacionais	(4.066,65)	(10.993,64)
Perdas Operacionais Diversas	(14.876,16)	(4.900,47)
Provisão para Garantias Prestadas	(198.410,21)	(150.698,05)
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	-	(2.394,22)

Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	-	(1.254,88)
Fundo de Estabilidade e Liquidez	-	(139.437,14)
Outras Contribuições Diversas (FRV)	(34.859,15)	(9.999,06)
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação	(116.761,04)	(117.807,38)
Total	(470.936,88)	(537.074,07)

20. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucros na Alienação de Valores e Bens	25.000,00	-
Ganhos de Capital	1.709,62	1.797,17
Outras Rendas Não Operacionais	-	27.617,12
Total de Receitas Não Operacionais	26.709,62	29.414,29
Perdas de Capital	(24.232,10)	(13.362,95)
Despesas de Provisões Não Operacionais	(41.737,38)	-
Outras	(58,92)	(1.586,53)
Total de Despesas Não Operacionais	(66.028,40)	(14.949,48)
Resultado Líquido	(39.318,78)	14.464,81

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.216.181,58	0,82%	8.059,61
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	827.437,86	0,31%	5.458,74
TOTAL	3.043.619,44	1,12%	13.518,35
Montante das Operações Passivas	810.070,70	0,85%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.828,80	125,35	0%
Conta Garantida	214,68	6,44	0%
Crédito Rural	419.564,21	2.097,82	2%
Empréstimo	1.138.437,71	15.434,06	2%
Financiamento	15.772,55	111,07	1%
Títulos Descontados	26.801,49	134,02	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	152.542,37	0,38%	0%
Depósitos a Prazo	1.262.714,47	1,57%	0,37%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Desconto de Cheques	1,82%
Empréstimos	2,24%
Financiamento	1,29%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,70%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019

Empréstimos e Financiamentos	0,56%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,34%
Crédito Rural (modalidades)	0,22%
Aplicações Financeiras	0,85%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	53.420,43
Crédito Rural	800.683,86
Empréstimo	3.124.428,16
Financiamento	15.772,55

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes: 2019 (R\$191.709,72) e 2018 (R\$154.202,41).

f) No exercício de 2019 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários e encargos no Exercício (R\$)	
Descrição	31/12/2019
Honorários	621.701,67
Conselheiros de Administração	336.122,02
FGTS Diretoria	49.736,01
INSS	204.278,85
Total	1.211.838,55

22. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDIPRATA em conjunto com outras cooperativas singulares é filiado à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIPRATA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	52.330.974,44	55.284.913,47
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	3.954.953,65	3.723.286,89

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2019, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 28/08/2019, com opinião sem modificação.

23. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovadas pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2018, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

23.1 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

23.2 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

23.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

23.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

23.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de

contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

24. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 8.269.171,57 (31/12/2018 - R\$ 6.356.108,90), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, em 31/12/2019 o PR estava em conformidade.

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

	31/12/2019		31/12/2018	
Descrição	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	165.318,10	165.318,10	162.085,74	162.085,74
PIS FOLHA	387.034,97	382.642,59	333.698,39	329.770,47
COFINS	836.534,17	836.534,17	819.966,22	819.966,22
Outras contingências	63.227,96	62.227,96	61.685,36	60.685,36
Total	1.452.115,20	1.446.722,82	1.377.435,71	1.372.507,79

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Lagoa da Prata, MG 02 de março de 2020.

Ivo Jonas Gontijo
Diretor Administrativo

Nilsa Miranda
Diretora de Negócios

Elaine Cristina Neto
Contadora CRC/MG 082.177

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco Ltda. - Sicoob Crediprata Lagoa da Pata / MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco Ltda. - Sicoob Crediprata, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediprata em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de março de 2020.




Elisângela de Cássia Lara
Contadora - CRC MG 086.574/O
CNAI 3.750




PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região do Alto São Francisco Ltda. – **Sicoob Crediprata**, reunidos em 18 de março de 2020 analisaram os Relatórios de Controle Interno e das Auditorias internas e externas, referente ao exercício encerrado em **31/12/2019**, declaram, para os devidos fins, que examinaram, conferiram as contas e inspecionaram os livros atinentes. Assim sendo, em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras representa adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019. Portanto, somos unânimes e favoráveis à aprovação das contas apresentadas pela Diretoria, referente ao exercício de 2019.


Lagoa da Prata (MG), 18 de março de 2020.



Diniz Moisés Santos
Coordenador



Humberto Gontijo Batista
Conselheiro Efetivo



Luciano de Castro Doco
Conselheiro Efetivo

CARTÕES SICOOBCARD É NO SICOOB CREDIPRATA



✓ *Resgate
de Prêmios*

✓ *Participação
nos resultados*

✓ *Dois limites
de crédito*



O cartão de **Crédito**
e **Débito** aceito no
mundo inteiro!

  | SicoobCrediprata
www.sicoobcrediprata.com.br

 **SICOOB**
Crediprata

**Agência Matriz**

Av. Benedito Valadares, 590
Centro - Lagoa da Prata/MG
(37) 3262-5600

Agência Esteios

Praça João Batista do Couto, 460
Centro - Esteios - Luz/MG
Telefone: (37) 3425-1213

Agência Japaraíba

Av. Francisco Tavares de Moraes, 193
Centro - Japaraíba/MG
(37) 3354-1105

Agência Moema

Rua Tupinambás, 325
Centro - Moema/MG
(37) 3525-1577



www.sicoobcrediprata.com.br •   | Sicoob Crediprata